

A REVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PODER CIBERNÉTICO: Um mapeamento conceitual na obra de Joseph S. Nye Jr

Friedrich Maier¹

Trabalho Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Resumo: O poder é um dos conceitos mais complexos dentro da área de estudo das Relações Internacionais. As atuais mudanças tecnológicas e a emergência de um espaço cibernético ampliam a complexidade e a intangibilidade do mesmo. Afere-se dentro da obra de Joseph S. Nye Jr sua atenção às influências que o processo de revolução da informação aplica aos atores internacionais e de que modo a emergência de um poder cibernético amplia o jogo de xadrez tridimensional da política internacional. Desse modo proponho-me a realizar um mapeamento conceitual dentro da obra desse importante autor a fim de auxiliar a discussão dos conceitos chave que culminarão na percepção de novos fenômenos nas relações internacionais: a difusão do poder, a emergência da importância do poder brando e a necessária mudança no papel de liderança dos Estados Unidos. É nesse contexto que as mudanças apresentadas a partir do barateamento de tecnologias de informação contribuem para a entrada a baixo custo no âmbito cibernético de diversos níveis de atores (público, privado e terceiro setor). Os Estados possuem então um desafio à frente: conseguir manejar suas fontes de poder brando e poder duro num novo espaço, ao mesmo tempo que algumas de suas atribuições são transferidas a novos setores. Tendo tal pano de fundo, o artigo a seguir tem por objetivos principais demonstrar a historicidade dos conceitos de revolução da informação e poder cibernético ao longo dos anos na obra do autor, avaliar o encaixe dos mesmos dentro de sua já conhecida e ressonante sistemática de poder aferindo generalidades, particularidades e influências e, por fim, estabelecer algumas críticas a alguns pontos teórico-metodológicos.

Palavras-chave: Revolução da informação, Poder cibernético, Teoria das relações internacionais, Difusão do poder, Joseph S. Nye Jr, poder brando.

Abstract: Power is one of the most complex concepts within the study of international relations. The current technological changes and the emergence of cyberspace increased the complexity and intangibility of power. It is clear in the work of Joseph S. Nye Jr his attention to the influences that the information revolution process applies to international actors and how the emergence of a cyberpower extends the three-dimensional chess game of international politics. Therefore, I propose to conduct a conceptual mapping within the work of this important author in order to assist the discussion of the key concepts that will culminate in the perception of a new phenomenon in international relations: the diffusion of power, the emergence of soft power's importance and the needed change in US leadership role. In this context, the changes created from the cheapening of information technologies contribute to the input in the cyber context of different levels of actors (public, private and third sector). The modern states have a challenge ahead: be able to manage their sources of soft and hard power in a new space, while some of his assignments are transferred to new sectors. Having such a background, the following paper have as main objectives to demonstrate the historicity of the concepts of information revolution and cyber power over the years in the author's work, to evaluate the fit of these concepts within his already known and

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Filosofia e Ciência de Marília (FFC-UNESP)

resonant system of power assessing generalities, characteristics and influences and, finally, to establish critics of some theoretical and methodological points.

Key words: Information revolution, Cyberpower, International relations theory, Power diffusion, Joseph S. Nye Jr, soft power.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica iniciada a partir de 2014 e cuja temática central refere-se a um mapeamento conceitual dentro da obra de Joseph S. Nye Jr acerca dos conceitos de “revolução da informação” e “poder cibernético”. Clarificarei nesta introdução o contexto da temática escolhida, os procedimentos metodológicos empregados, as hipóteses levantadas e a organização do texto que se segue.

Joseph S. Nye Jr é um reconhecido teórico estadunidense do campo de estudos das Relações Internacionais (RRII). Seus escritos datam desde a década de 1970 e possuem conceitos amplamente utilizados dentro da disciplina. Como a “interdependência complexa” cunhada com conjunto em Robert O. Keohane em 1977. Todavia, é em 1990 com a publicação de *Bound to Lead* em 1990 que o autor aqui estudado lança seu conceito de maior ressonância: o poder brando (*soft power*); cujo ensejo principal é oferecer ferramentas teóricas que consigam explicar de uma forma mais complexa a discussão entorno do “poder”.

Nota-se em muitos textos de Nye sua atenção aos fenômenos desencadeados pelo processo chamado por ele de “revolução da informação” – o barateamento progressivo das tecnologias de produção, processamento e transmissão da informação. Tal revolução acarreta uma série de mudanças dentro das relações internacionais, adicionando complexidade ao manejo da política internacional. De mesmo modo, observa-se em textos mais recentes do autor uma tentativa de teorização acerca da emergência de um “poder cibernético”, acompanhando os desdobramentos da revolução da informação, como o surgimento de um novo ambiente de ação, o ciberespaço.

A partir disso, o presente trabalho se propõe a analisar o desenvolvimento de ambos os conceitos dentro da obra do autor *sub examine* ao longo dos anos a fim de responder a seguinte questão geral: considerando a discussão dos diferentes conceitos de poder de Nye, como avaliar a generalidade e particularidade desse autor no que se refere especificamente ao poder cibernético e à revolução da informação; em outras palavras, quais as relações, os pontos em comum entre todos os conceitos de poder de Nye e as singularidades dos conceitos de “poder cibernético” e de “revolução da informação”?

Para tal, lanço mão de um mapeamento conceitual, consistindo nas leituras em extensão das obras do autor estadunidense a partir de uma separação por critério temporal que dividiu os escritos em dois conjuntos. O primeiro conjunto consiste dos textos, livros e artigos que tocam a temática publicados durante os anos de 1990-2000. Enquanto o segundo conjunto

aborda a literatura publicada pelo autor no período 2001-2015. Os critérios temporais foram de auxílio para destacar períodos de teorização. No que tange à “revolução da informação”, no primeiro período constatou-se uma aproximação do autor ao tema, enquanto que no segundo período notou-se uma maior familiaridade e um papel mais central desse conceito em sua obra.

Já sobre o “poder cibernético” assumo a hipótese de que o conceito passa a ganhar importância dentro da obra do autor apenas com a publicação de *Cyberpower* (2010a) e, que o mesmo possui a configuração mais intangível entre todas as categorias relacionadas ao poder, não somente pela amplitude de seu alcance e dificuldade de sua mensuração quantitativa, como também pelos inúmeros instrumentos de controle relacionados prática e potencialmente ao âmbito do espaço cibernético e diretamente ligados à própria condição volátil do ambiente cibernético, sempre sujeito às mudanças tecnológicas.

A resposta à questão cerne e o desenvolvimento das hipóteses aqui apresentadas se dão na forma das seções seguintes, que sintetizam a pesquisa empreendida. Desse modo, na segunda seção demonstrarei o desenvolvimento do conceito de “revolução da informação”, a partir do mapeamento conceitual; com o objetivo de avaliar, na terceira seção, como esse conceito se articula com o “poder cibernético” e como ambos são utilizados dentro da teoria do autor. Essa tarefa implica discernir a própria sistemática de poder evidenciada por Nye em 1990 e aperfeiçoada ao longo do tempo, para então avaliar o encaixe e os efeitos de tais conceitos dentro dessa sistemática.

A partir disso, a quarta seção terá por objetivo apresentar críticas a alguns pontos teóricos encontrados, a partir de um referencial crítico centrado nas proposições de Antonio Gramsci. A escolha não é aleatória. Demonstrarei, em conjunto com outros comentadores, a existência de certa influência do pensamento gramsciano na teoria de Nye. A tarefa aqui é especificar uma apropriação incompleta, deturpada, do autor-prisioneiro pelo teórico estadunidense e de que forma tal fato se manifesta nas imprecisões metodológicas especificadas.

A quinta seção intenta a ampliação do debate de forma propositiva. Apropriando-se, ainda de forma seminal, da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global como uma forma de avaliar os desdobramentos do ciberespaço para as relações internacionais. Enquanto que nas considerações finais, a sexta seção, refaço o caminho da pesquisa, sintetizando as conclusões extraídas.

2 O DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS DE “REVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO” E “PODER CIBERNÉTICO” AO LONGO DA OBRA DE JOSEPH S. NYE JR

A partir da publicação de *Bound to Lead* (1990d), observa-se no desenvolvimento dos escritos de Nye uma atenção maior às consequências que a revolução da informação trouxe às relações internacionais e à problemática do poder. Durante a primeira metade da década de 1990, o conceito surge ainda de forma pouco esclarecedora. A revolução da informação remete a ideias como: a passagem do poder de “rico em capital” para “rico em informação”, fazendo com que a informação se torne poder (NYE Jr, 1990e, p. 75); a importância dos recursos de informação para a manutenção ou criação de um poder nacional (NYE Jr, 1990a, p. 165); a crise da URSS como ligada à uma incapacidade deste Estado em avançar acompanhar os avanços dessa revolução (NYE Jr, 1990c); ou as alterações que ampliam a complexidade das relações internacionais (NYE Jr, 1992) e tornando explicações como a “balança de poder” antiquadas².

A partir da segunda metade da década nota-se um maior emprego do conceito de “revolução da informação” nas obras. Em 1996, Nye publica em conjunto com William A. Owens o artigo “*America’s Information Edge*”. Os autores apontam, ao longo desse texto, as mudanças nas políticas de defesa e informação necessárias para manter a posição dominante dos EUA num mundo guiado pela revolução da informação, apontando para as capacidades que tal fenômeno oferece se liderado pelos EUA. “Essa vantagem em informação pode ajudar a dissuadir ou derrotar ameaças militares tradicionais à custo relativamente baixo” (Idem, p. 20, tradução minha). Em aspectos militares, a informação:

Torna-se uma mercadoria central das relações internacionais, assim como a ameaça e uso da força militar eram vistos como os recursos de poder centrais em um sistema internacional ofuscado pelo potencial conflito de superpotências. (Idem, p. 24, tradução minha)

² “Balança de poder” refere-se a um conceito amplamente usado nas teorias abrigadas sob o rótulo pedagógico de “realismo” nas relações internacionais, seus pressupostos básicos consistem na organização anárquica do sistema internacional de Estados, isto é, na ausência de qualquer autoridade supranacional que regule o comportamento estatal, e na concepção do Estado (e seus líderes) enquanto agente racional que busca sua independência e sobrevivência num sistema sem muitas garantias. A balança de poder seria então uma forma de auto-organização do sistema internacional, onde os Estados arranjar-se-iam a fim de evitar a preponderância de uma determinada potência e a instauração de um “império global”. Em “*Bound to Lead*” (1990d), Nye aponta problemas dessa concepção: “O problema com esse uso [da teoria da balança de poder] é que as ambiguidades de mensurar o poder fazem com que seja difícil determinar quando um equilíbrio real existe. De fato, as maiores preocupações em política mundial tendem a surgir das desigualdades de poder e particularmente de mudanças maiores na distribuição desigual do poder.” (p. 37).

Em 1998 a publicação de *Power and Interdependence in the Information Age* marca um aprofundamento teórico. Em coautoria com Robert O. Keohane, Nye lança as bases do que compreende por “revolução da informação”: o processo que consiste numa redução dos custos, “[n]o apagamento virtual dos custos de comunicação à distância [... culminando que] a quantidade de informação que pode ser transmitida é efetivamente infinita” (NYE & KEOHANE, 1998, p. 83, tradução minha), o que implica para as relações internacionais numa multiplicidade de atores capazes de utilizar da informação.

Tal multiplicidade traz à tona o paradoxo da abundância (*paradox of plenty*), no qual a evolução tecnológica ao ampliar a capacidade de transmissão de informação, faz o grande fluxo de informação livre produzido levar, conseqüentemente, a uma pobreza de atenção. Desse modo, o “poder informacional flui para aqueles que podem editar e credivelmente validar as informações a fim de classificar o que é ao mesmo tempo correto e importante” (NYE Jr & KEOHANE, 1998, p. 89, tradução minha)

Os autores reconhecem que a revolução apresentada está apenas em seus estágios iniciais. O mundo ainda não consiste num globo permeado pela “interdependência complexa”³, a questão da força militar e a segmentação do globo em áreas democráticas e não democráticas ainda persiste. A democracia representa aqui uma condição para os desenvolvimentos da revolução da informação.

Nota-se essa relação benéfica entre democracia e revolução da informação em mais textos de Nye. A relação entre população e governo também altera-se pelo fenômeno da informação, como uma forma de estreitar laços e modernizar a relação do governo com a população, ampliar o papel das organizações sem fins lucrativos e aprofundar um fortalecimento democrático (NYE Jr, 1997, p. 110). As mudanças tecnológicas provaram “para a maior parte serem forças pluralizantes conducentes com a formação de livre mercados em vez de forças repressivas elevando o poder centralizado. (NYE Jr & OWENS, 1996, p. 29, tradução minha). Cabe, na visão de Nye, a liderança das democracias na revolução da

³ O conceito de “interdependência complexa”, cunhado em 1977, por Robert Keohane e Joseph S. Nye Jr, refere-se, em uma aproximação simplificada, às relações entre os atores internacionais que por sua vez envolvem custos, ampliando notavelmente a complexidade do sistema internacional: "Interdependência na política mundial se refere a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre os atores em diferentes países. Estes efeitos muitas vezes resultam de transações internacionais - fluxos de dinheiro, bens, pessoas e mensagens através de fronteiras internacionais. [...] Quando houver reciprocidade (embora não necessariamente simétrica) efeitos dispendiosos de transações, existe uma interdependência." (KEOHANE & NYE Jr, 1998, pp. 81-94, tradução minha) Para mais informações, ver: KEOHANE & NYE, 2001.

informação, visto que a intensificação do processo torna os sistemas políticos fechados mais custosos e menos atrativos a investimentos (KEOHANE & NYE Jr, 1998; 2000b).

Passando ao segundo conjunto de textos, observa-se uma atenção crescente aos fenômenos da revolução da informação, o emprego do conceito passa ser mais usual, sendo que em alguns escritos passa como subentendido, isto é, como já cristalizado (NYE Jr, 2002a; 2004a; 2004c, 2004d, 2011b, 2015). Encontra-se também o conceito de “poder cibernético”, fruto de uma familiaridade do autor com o tema. Alguns dos pressupostos elencados no período anterior ainda se manifestam, como o debate com as teorias declinistas⁴ e a atitude de sempre aconselhar os Estados Unidos da América a liderar a revolução da informação, mantendo assim sua predominância mundial.

Os textos mais recentes do autor reproduzem a essencialidade da ideia da revolução da informação encontrada nos textos anteriores, definindo o processo em bases primárias como “rápidos avanços tecnológicos em computadores, comunicações e softwares que em seu turno levaram à diminuições dramáticas nos custos de criação, processamento e transmissão da informação” (NYE Jr, 2010a, pp. 1-2, tradução minha).

Essa redução dos custos, como já dito anteriormente, facilitaria o acesso de novos atores ao poder da informação, ocasionando um processo de difusão do poder, caracterizado pela passagem de muitas atividades para fora do controle estatal (NYE Jr, 2002d). Isso inspira uma preocupação do autor com as questões do terrorismo, evidenciada em muitos artigos e alguns livros que datam dos períodos marcados pelo 11 de setembro de 2001 e pela subsequente invasão do Iraque (NYE Jr, 2003; 2004a; 2004c; 2004d; 2010b, 2015).

Nesse contexto, a revolução da informação acabaria por gerar sociedades baseadas na informação (*information-based society*) que teriam por necessidade o fluxo livre de informação, no qual a comunicação horizontal de computadores torna-se mais importante do que a comunicação vertical (hierárquica). A ligação entre as democracias e a revolução da informação é mais uma vez retomada. Na visão do autor, apenas as sociedades democráticas – tendo por base a sociedade estadunidense – são capazes de garantir as características necessárias para um desenvolvimento de uma sociedade e economia baseadas na informação (NYE, 2002d). Este é um dos grandes pontos de inflexão, na opinião de Nye, para algumas

⁴ As teorias declinistas entraram em voga nos estudos de Ciência Política e Relações Internacionais estadunidenses por volta da década de 1990. Os teóricos dessa perspectiva de pensamento preconizavam, por diversos argumentos, uma queda do poder global estadunidense à semelhança com o ocorrido com o Império Britânico durante o começo do século XX, como por exemplo em: KENNEDY, 1989.

sociedades asiáticas, como Singapura e China; tais sociedades apresentam altos níveis de integração com a economia mundial, mas ainda são restritivas quanto à liberdade de expressão e de informação (NYE Jr, 2002d; 2010a).

Como disse, é no segundo período de escritos que se encontra o conceito de “poder cibernético”, com a publicação de *Cyberpower* (2010a)⁵. A teorização começa partir da definição do ciberespaço. Diferentemente dos outros domínios – terra, ar, água e espaço sideral –, o ciberespaço distingue-se por ser o único feito pelo homem (*manmade*), característica que lhe atribui volatilidade, visto sua maior sujeição à mudanças tecnológicas. Nye divide o ciberespaço em duas camadas, uma física infraestrutural e uma virtual. Enquanto a camada física “segue as leis econômicas de recursos rivais e crescentes custos marginais”, a camada virtual (ou informacional) “possui características de redes econômicas de crescentes retornos de escala e práticas políticas que fazem o controle jurisdicional difícil” (NYE Jr, 2010a, p. 3, tradução minha). Retomaremos esse conceito no ponto 3.1.

Enfim, procurei demonstrar nessa seção o desenvolvimento do conceito de “revolução da informação” e algumas características principais deste. Nota-se a centralidade que a revolução da informação ocupa dentro das análises do autor com o passar do tempo. De modo oposto, o poder cibernético aparece ainda em configuração seminal, reflexo de uma aproximação do autor com a temática. Passemos para a próxima seção cujo objetivo é especificar a sistemática de poder desenhada por Nye e demonstrar o encaixe dos dois conceitos nessa sistemática.

3 A ESQUEMÁTICA DE PODER DE NYE E SEU “NOVO” PODER

Como já disse acima, é em *Bound to Lead* (1990), que Joseph S. Nye Jr lançará mão de seus argumentos que alteram a visão clássica de poder. Suas apreensões sobre o status da política internacional apontam para uma mudança, ainda que em estágios iniciais, dentro das relações internacionais. Os motivos dessa mudança abarcam uma série de fatores, como a globalização, o fim do conflito entre EUA e URSS, o notável grau de interdependência econômica e, é claro, a revolução da informação.

Os fatores acima elencados alterariam a forma como o poder se manifesta e como os políticos devem avaliá-lo. Sob o pretexto de que as atuais teorias de relações internacionais

⁵ Esse artigo tornar-se-ia, com algumas alterações, o capítulo 05 do livro *The Future of Power* (2011c).

não são capazes de compreender toda a complexidade do sistema internacional⁶. Nye argumentará a necessidade de uma aproximação ao conceito de poder que leve em consideração suas duas faces, uma baseada na sua característica comportamental (*behavioral power*) e uma baseada em suas fontes (*resource power*).

Dessa forma, o poder comportamental divide-se em mais duas formas: o poder de comando (*command power*) e o poder cooptivo (*co-optive power*). O poder de comando é definido sinteticamente por Nye como uma “habilidade de mudar o que os outros fazem” (NYE, 1990, p. 267, tradução minha) e se manifesta por meio da coerção ou da indução⁷. Já o poder cooptivo refere-se à habilidade de modificar as preferências dos outros atores, isto é, moldar o pensamento dos outros para que estes ajam de uma determinada forma (NYE, 1990).

Seguindo dentro da conceitualização do ator, cada forma de poder comportamental tem por base uma fonte de poder. Portanto, o poder de comando, por consistir principalmente em uma ação de coerção ou recompensa relaciona-se às fontes de poder duro (*hard power*), enquanto que o poder cooptivo, consistindo na atração e persuasão, relaciona-se às fontes de poder brando (*soft power*). O autor lança mão de ressalva, afirmando a inexatidão dessa relação, demonstrando a possibilidade de relação entre o poder de comando e as fontes de poder brando em alguns casos, da mesma forma que o poder cooptivo pode se relacionar às fontes de poder duro. Todavia, o autor afirma que a relação principal manifesta-se forte o suficiente para que haja a associação entre poder de comando e o poder duro e entre poder cooptivo e o poder brando (NYE, 1990a; 1990e; 2004).

Apesar da distinção elaborada acima, encontramos em textos posteriores do autor (NYE Jr, 2012, 2015) a utilização indistinta do conceito de “poder brando” para tratar ao mesmo tempo da face comportamental e da face de recursos do poder, isto é, Nye utiliza do conceito de “poder brando” enquanto sinônimo de “poder cooptivo” (face comportamental) e de “poder brando” (fonte de poder). O mesmo aplica-se para o conceito de “poder duro”, utilizado tanto como “poder de comando” (face comportamental) e “poder duro” (fonte de poder). Importante destacar também que em obras mais recentes do autor (NYE Jr, 2012) os conceitos de “poder duro” e “poder brando” são utilizados em conjunto com outros conceitos,

⁶ Nye mantém uma postura de diálogo com os autores realistas, isto é, não descarta todos os seus pressupostos, mas apresenta uma série de correções. Como podemos ver em: "A resposta apropriada para as mudanças que ocorrem na política mundial não é desacreditar a sabedoria tradicional do realismo e sua preocupação com o equilíbrio de poder militar, mas a perceber suas limitações e completá-la com ideias da abordagem liberal." (NYE, 1990d, p. 178, tradução minha).

⁷ Para simplificar a explicação, o autor utiliza a popular expressão em inglês “sticks and carrots” (paus e cenouras) para referir-se aos modos de se obter poder de comando, numa aproximação, essa expressão significa uma combinação de punição (militar) e recompensa (econômica). Ver: NYE Jr, 1990d.

como “poder militar” e “poder econômico”. Podemos compreender enfim, numa síntese da sistemática mais atual, que poder brando e poder duro referem-se à face comportamental do emprego dos diversos recursos de poder (econômico, militar, brando⁸) por um determinado ator⁹.

A partir do discutido, compreende-se o poder duro enquanto a manifestação tradicional do “poder” realista, compreendendo uma série de fatos que vão desde o embate direto em uma guerra até às chantagens econômicas por meio de sanções e/ou incentivos tributários. Os recursos desse tipo de comportamento de poder são também os mesmos recursos apontados por autores realistas: a população, o território, a riqueza mineral e natural, a quantidade de capital, a preparação e equipagem das forças armadas, dentre outros; Nye qualifica tais recursos como “tangíveis”, afirmando o *poder duro como “tangível”*.

O poder brando, pelo contrário, se relaciona para um Estado com as fontes de poder “intangíveis”, como a cultura, os valores políticos e a atuação de política externa. Esses componentes manifestam-se internacionalmente e podem atuar de duas formas: uma direta e outra indireta. A primeira forma tem foco nas elites e consiste na tentativa de influenciar pessoas que posteriormente ascenderão à cargos de tomadores de decisão política (*policymakers*) e atuarão nesse cargo de modo benéfico ao Estado influenciador. O modo indireto consiste em criar dentro do Estado alvo um ambiente “capacitante” a partir da atração e persuasão do público, isto é, um ambiente favorável aos interesses do Estado influenciador, objetivando a mudança no comportamento das elites políticas via pressão popular.

O poder brando seria então uma forma de atuação menos agressiva no ambiente internacional, baseado numa espécie de atração e persuasão que levam à aquiescência. Nye preconiza a necessidade de um melhor balanceamento entre o poder brando e o poder duro, seria o exercício de uma “poder inteligente” (*smart power*) (NYE Jr, 2012; 2015) e, além disso, exorta a importância do poder brando no contexto global atual, no qual a revolução da informação tende a tornar uma parte do poder estatal difusa, ampliando os custos de ação em termos de poder duro (NYE Jr, 2011, 2012). Passemos agora para a avaliação do encaixe dos conceitos de “poder cibernético” e “revolução da informação” dentro da sistemática acima discernida, a começar pelo primeiro.

⁸ Nesse caso, refere-se às fontes de poder brando.

⁹ Isso significa que cada análise deve levar em conta as fontes de recurso de poder e de que modo foram empregadas a fim de constatar a existência de poder brando ou poder duro.

3.1 O poder cibernético

Compreendo que o poder cibernético assume uma dupla conceitualização dentro da teoria do autor, isto é, o poder cibernético tem em alguns pontos um determinado significado e em outros momentos, outro. O primeiro significado é como um poder de domínio, abarcando os recursos e a capacidade de geração de poder brando e poder duro dentro de um determinado âmbito. Desse modo, o “poder cibernético” pode ser avaliado por analogia em conjunto com conceitos como “poder naval”, “poder aéreo” e “poder terrestre”¹⁰ (NYE Jr, 2010a, 2011c). Todavia, nota-se uma característica diversa ante o poder cibernético e os outros conceitos relacionados aos espaços ar, terra e água. Tal diferença reside na amplitude do domínio cibernético, a dependência de muitas estruturas das sociedades modernas em sistemas interconectados em rede.

Partindo dessa amplitude temos a segunda definição do conceito, quando o autor fornece indicações de tratar o poder cibernético enquanto uma nova forma de exercício de poder, sendo avaliado então em analogia com os conceitos de “poder militar” e o “poder econômico”, podendo relacionar-se com o poder duro e o poder brando. A partir dessas ponderações, o *poder cibernético pensado enquanto fonte de recursos* assume-se para o autor como relacionado às capacidades de atuação no espaço cibernético, é o que observamos em:

O poder cibernético pode ser definido como um conjunto de recursos que se relacionam à criação, ao controle e à comunicação de informações eletrônicas e baseadas em computador – infraestrutura, redes, softwares, habilidades humanas. Isso inclui não somente a Internet dos computadores ligados à rede, mas também intranets, tecnologias de telefonia celular e comunicações via satélite. (NYE Jr, 2012b, pp. 162-163)

Já *pensado em termos comportamentais*, isto é, de alteração de comportamento, Nye caracteriza o poder cibernético como “a habilidade de obter os objetivos preferidos através do uso de recursos de informação eletronicamente conectados do domínio cibernético” (NYE Jr, 2010a, p. 3-4, tradução minha). Visto o caráter híbrido do domínio cibernético, temos que esses objetivos podem ser alcançados por meio dos instrumentos cibernéticos tanto dentro do ciberespaço quanto fora do mesmo, isto é, possuindo impactos virtuais e físicos (NYE Jr, 2010a; 2011b; 2011c). Da mesma forma, o controle da camada física (ou infraestrutural) também pode gerar efeitos dentro do ciberespaço: a peculiaridade deste espaço geográfico, isto é, sua característica híbrida, permite uma expansão de seus efeitos e conexão entre os

¹⁰ O autor faz tal analogia: "Por analogia, o poder marítimo refere-se ao uso de recursos no domínio dos oceanos para ganhar batalhas navais no oceano, para controlar gargalos de transporte, como estreitos, e para demonstrar uma presença no mar, mas também inclui a capacidade de usar os oceanos para influenciar batalhas, comércio e opiniões sobre a terra." (NYE Jr, 2010a, p. 4, tradução minha).

mundos físico e virtual. Passemos agora aos efeitos da revolução da informação dentro dessa sistemática.

3. 2 A revolução da informação: difusão do poder, emergência do poder brando e alteração na liderança dos Estados Unidos da América

Notamos que a revolução da informação exerce grande influência dentro da sistemática de poder cunhada por Nye. Proponho três pontos no quais os efeitos desse processo alteram as análises do autor. O primeiro deles consiste na difusão do poder.

O autor afirma, que a partir da diminuição das barreiras de acesso ao ciberespaço e à capacidade de manejo da informação, mais atores tentarão utilizar dos recursos informacionais e cibernéticos a fim de alcançar seus objetivos (NYE, 2010a). Essa queda de barreiras é tão dramática que permite o acesso a essas fontes de poder não somente por parte de empresas transnacionais altamente organizadas, mas, como já vimos anteriormente, por redes fracamente organizadas e até mesmo por indivíduos.

Isso leva à uma modificação crucial quando pensamos sobre o papel do Estado em controlar e manejar o poder advindo da informação. O Estado-nação não possui mais o monopólio de controle sobre a informação e, além disso, lança-se num ambiente onde deve se relacionar com outros atores que competirão com ele em uma série de temáticas e, inclusive, pelo próprio poder de regulação do ambiente cibernético.

Todavia, tal contexto não significa para Nye que estamos observando o desenrolar de uma peça que tem por ato final o fim do Estado-nação, pelo contrário, o autor acredita que o Estado permanecerá como um ator importante, todavia, mais poroso e menos capaz de lidar com problemas transnacionais de forma autônoma e unilateral (NYE Jr, 2004d, 2015).

A segunda influência exercida dentro da teorização do autor consiste na emergência da importância do poder brando. A argumentação do autor nesse quesito abrange dois fatores. Em primeiro lugar, visto que a revolução da informação amplia a capacidade de diversos tipos de atores em produzir e transmitir informação dentro do espaço cibernético, isso implica que as populações dos países possuem agora maiores e melhores meios de comunicação, rompendo o controle estatal e das grandes empresas transnacionais. Esse acesso à informação gera por sua vez uma maior capacidade de mobilização que tende a influenciar e pressionar mais as decisões dos governos. A associação entre a revolução da informação e a

democratização é colocada por Nye e tal associação garante às sociedades civis um maior poder de influência, sobretudo nas democracias (NYE Jr, 1998; 2002c; 2004d, 2015).

Isso significa que as capacidades de atração e persuasão, isto é, as capacidades de poder brando, representam formas mais eficazes de agir num ambiente mais complexo, no qual os governos devem prestar contas diante de suas populações cada vez mais empoderadas pela revolução da informação. Tal pano de fundo, implica por exemplo, que o uso da força encontra maiores dificuldades para ser empregado, a necessidade de justificação moral da guerra se torna cada vez mais importante (NYE Jr, 2004d).

Em segundo lugar, a revolução da informação traz consigo um mundo mais complexo e dinâmico. Nota-se, para Nye, a emergência de problemas que envolvem não apenas um Estado, mas um conjunto de Estados e até mesmo o globo inteiro (como o aquecimento global e a AIDS) (NYE Jr, 2002d). A ação por meio de poder brando para a resolução desses crescentes problemas transnacionais revela-se mais adequada às questões desse escopo. O poder duro torna-se, nessa nova complexidade, cada vez mais difícil de se manejar, empregar (NYE Jr, 2012b, 2015) e como vimos acima, de se justificar.

A terceira e última influência ocasionada pela revolução da informação incorre na própria alteração do comportamento dos EUA. Joseph S. Nye Jr. apresenta-se em muitas de suas obras como um autor que defende a ideia anti-declinista no que se refere ao futuro do poder dos Estados Unidos; isto significa que Nye tentará argumentar a favor da continuidade da posição estadunidense enquanto a maior potência do mundo. Para tal, lança mão de uma série de argumentos que demonstram a superioridade estadunidense em recursos de poder estratégicos, como economia, ciência e tecnologia e poderio militar (NYE Jr, 2002c, 2002d, 2012b, 2015).

Todavia, Nye aponta uma preocupação ao observar que os Estados Unidos não demonstram nos dias atuais uma capacidade satisfatória de adaptar-se à nova conjuntura criada pela revolução da informação – avaliação das políticas belicistas da administração Bush filho. A partir de tal observação, Nye intenta assumir a postura de um conselheiro, apontando caminhos a serem seguidos pelos tomadores de decisão estadunidenses a fim de uma melhor adaptação à revolução da informação. Os principais caminhos apontados por Nye consistem em exortar a importância do poder brando na diplomacia e política externa dos EUA.

O autor argue a necessidade de uma profunda mudança na condução da política externa estadunidense, no sentido de uma maior valorização das potencialidades oferecidas pelo poder brando, procurando formas de ações mais coerentes com o ambiente criado pela revolução da informação, como a busca por ações legítimas e multilaterais em organizações internacionais (como a ONU) e o planejamento de programas de diplomacia pública de maior pujança (NYE Jr, 2002d, 2004d, 2012b). Aqui nota-se como o conceito de revolução da informação articula-se numa exortação do emprego do poder brando.

Em suma, discerni nessa seção a sistemática de poder cunhada por Nye e aperfeiçoada ao longo dos anos. Passei então para a questão do poder cibernético e demonstrei como tal conceito ainda padece de imprecisões que culminam, na minha compreensão, numa dupla significância dentro da obra estudada. No último ponto, observamos como a revolução da informação altera a sistemática desenvolvida articulando-se, nos três pontos, como um apoio argumentativo na exortação de Nye ao poder brando – seu conceito de maior ressonância. Passaremos para a quarta seção, cujo objetivo principal é fornecer um panorama crítico da teoria aqui explicitada.

4 CRÍTICAS AS PROPOSIÇÕES DO AUTOR

Não podemos passar pela obra do autor estadunidense aqui examinado e observar suas proposições acerca do poder brando e do poder duro (militar e econômico) sem tecer algumas considerações sobre a relação desses conceitos com a noção de hegemonia desenvolvida pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Cabe ressaltar que o próprio Nye reconhece as ideias de Gramsci em um de seus textos, todavia de modo simples e pouco esclarecedor, como vemos em:

O poder brando repousa sobre a capacidade de definir a agenda política de uma forma que molda as preferências dos outros. A nível pessoal, os pais sábios sabem que se eles criarem seus filhos com as crenças e valores corretos, seu poder será maior e durará mais tempo do que se eles têm contado apenas com palmadas, cortando subsídios, ou tirando as chaves do carro. Do mesmo modo, líderes políticos e pensadores como Antonio Gramsci há muito compreenderam o poder que vem do estabelecimento da agenda e definição da estrutura de um debate. (NYE Jr, 2002, p. 9, tradução minha, grifo meu)

Esse trabalho dialoga com uma série de comentadores que observam semelhanças entre os conceitos de Nye e a noção de hegemonia para Gramsci. Desenvolverei aqui o argumento. Para tal discutirei de modo breve o conceito de hegemonia proposto por Gramsci,

adicionarei considerações de outros comentadores das obras de Nye sobre o assunto e apontaremos alguns problemas que surgem nesse ponto.

A começar pela caracterização gramsciana de hegemonia observa-se que esta compreende não uma separação, uma relação de independência, mas sim uma unidade orgânica, entre o que o autor chama de coerção e de consenso. Temos nessa categoria a ideia utilizada por Gramsci para desnudar os mecanismos pelos quais determinadas burguesias dirigentes conseguiam obter um certo consenso das classes exploradas garantindo, e até mesmo facilitando, a sua exploração (ZAHARAN & RAMOS, 2006). Partindo desse exemplo claro da realidade, Gramsci apontou para dois tipos de supremacia que poderiam ser atingidos por uma classe dirigente, um baseado em maior grau na coerção, a supremacia, e outro, baseado numa aceitação, num consenso ético, ideológico, educacional da sociedade diante de sua classe dirigente, a hegemonia (Idem).

É o que vemos no excerto abaixo no qual Gramsci, ao discutir a questão do *Risorgimento* Italiano, aponta que a supremacia de um grupo social se manifesta através da força e de uma direção política:

O critério metodológico que deve basear sua análise é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também com a força armada e é dirigente dos grupos semelhantes e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais do mesmo para a conquista do poder); depois, quando exercita o poder e também o tem fortemente em mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, Q19, § 24, p. 2010-2011, tradução minha)

Podemos observar aqui a organicidade do pensamento gramsciano: a hegemonia não pressupõe o fim da ideia de coerção e da mesma forma, a alçada ao poder estatal – principal (mas não único) lócus da coerção – por um determinado grupo social não implica o abandono do status de “dirigente” (consenso).

Essa apreensão da unicidade das categorias carrega a própria discussão da composição do Estado para Gramsci. Para o autor, o “Estado integral” seria um ente composto pela relação orgânica entre sociedade civil e sociedade política. Isto significa dizer que para o filósofo sardo não se pode pensar o âmbito estatal sem distinguir – metodologicamente – suas duas esferas, uma civil, composta pelos “aparelhos privados da hegemonia”, as escolas, igrejas, universidades, centros culturais e etc., e uma política, marcada pelo próprio aparelho estatal e suas instituições burocrático-repressivas. Gramsci evidencia tal relação ao discutir a

chamada “opinião pública”, apontando para o interesse de monopólio sobre os instrumentos que exercem influência sobre essa:

Aquilo que se chama “opinião pública” está estreitamente ligado com a hegemonia política, aquilo que é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública que pode ser discordante: por isso existe a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que uma só força modele a opinião e portanto a vontade política nacional, organizando os discursos em uma poeira individual e incoerente. (GRAMSCI, Q 7, § 83, pp. 914-915, tradução minha)

Uma das imagens utilizadas por Gramsci para explicitar essa relação orgânica da qual falamos é o Centauro de Maquiavel, composto pela parte férica (coerção) e humana (consenso). O professor Bianchi (2008) nos auxilia ao interpretar essa imagem:

A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção. (p. 190)

Cabe ainda ressaltar que sobre a hegemonia há corrente na academia uma má interpretação daquilo proposto por Gramsci. Essa interpretação refere-se à ênfase que muitos autores colocam na cultura ao tratar da hegemonia esquecendo-se que essa também refere-se à coerção, isto é, muitos escritos veem Antonio Gramsci como um autor que dá ênfase à ideia de consenso e que trabalha em termos puramente culturais, essa é uma visão incompleta do autor sardo, principalmente tomado sob um viés liberal.

Tal ideia, como demonstrada por Passos (2016) é errônea, visto a unidade entre coerção e consenso, e descende das inúmeras vulgarizações pelas quais a obra segmentada do comunista sardo passou. A esse respeito, Morton (2007) aponta as inúmeras tentativas de moldar as proposições gramscianas de acordo com os interesses de determinada época ou grupo, assim temos Gramsci como “caminho italiano do socialismo”, como “Leninista Italiano”; Gramsci como um pós-leninista a fim sustentar a ideia eurocomunista das décadas de 1970 e 1980; Gramsci como um pós-comunista a partir de 1990 e, até mesmo, um Gramsci liberal, como já vimos acima, dando ênfase nas questões culturais por meio de um afastamento de seus escritos e a tradição do materialismo histórico (Idem, p. 80). Implicando que “[e]ssa redução de Gramsci a outra(s) matriz(es) de “verdade”, conduziu à negação da sua originalidade teórica” (DIAS et al, 1996, p. 106). É somente em 1975, com a publicação de uma edição crítica dos *Quaderni del Carcere* por Valentino Gerratana que se permite, pela

primeira vez, o estudo da obra carcerária gramsciana de modo a atentar à fragmentação e ao tempo de produção¹¹.

Passemos então para a semelhança entre as ideias de Gramsci e as ideias de Nye. Fica clara a ligação entre os componentes da visão gramsciana de hegemonia, a “coerção” e o “consenso”, e as duas faces do poder do autor estadunidense, o “poder brando” e o “poder duro”. A literatura sobre o tema nos oferece uma série de autores que reconhecem tal semelhança, porém em graus distintos. Os primeiros autores aqui retratados adotam a postura de demonstrar somente que os conceitos de Nye não são originais, apontando a anterioridade de Gramsci. É o caso de Ferreira (s/d) e sua análise do poder brando enquanto conceito-chave na avaliação da política externa estadunidense, que aponta:

Não obstante, apesar do seu pioneirismo nas análises das relações internacionais, a ideia central que gira em torno desse conceito [poder brando] não é nova na ciência política. Antonio Gramsci, ao discorrer sobre a noção de hegemonia, explicou que esta se exerce pela combinação da força e do consenso, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (...)”. (GRAMSCI, 2000, p. 95). O próprio Nye afirma que a ideia de se determinar o arcabouço do debate político já tinha sido discutida anteriormente por Gramsci. (p. 5)

Manifesta-se em termos semelhantes Mercer (s/d) ao chamar a atenção para a necessidade de um retorno à Gramsci e sua forma de abordar a cultura, afirmando que a pertinência desse se justifica justamente no momento em que o conceito de poder brando – símile de Gramsci – está em auge. De modo semelhante, também Li e Hong (2012) evidenciam o poder brando como uma das “palavras-chave” dos anos recentes, mas destacam que tal conceito não é absolutamente novo, evidenciando que há meio século antes de Nye, Gramsci já se debruçava sobre a questão da cultura (um dos componentes do poder brando) ao tratar da hegemonia.

Há também entre os comentadores uma segunda postura, que procura demonstrar não apenas a anterioridade das ideias de Gramsci em relação à Nye, mas também que tais ideias serviram em realidade de substrato teórico e exerceram influência direta na sistemática de poder do autor estadunidense. É o que propõe Eustáquio (s/d) em texto que procura avaliar o paradigma gramsciano como fonte da teoria do poder brando, no qual encontramos que:

se nos afigura fundamental para o processo de indagação das fontes da teoria do soft power: a leitura crítica do materialismo marxista feita pelo filósofo político italiano

¹¹ Gerratana dividiu os textos dos *Quaderni del carcere* em textos de tipo A (primeira redação), tipo C (segunda redação) e tipo B (única redação). As datas prováveis do período de produção de cada caderno auxiliam na tarefa de demonstrar o tempo de desenvolvimento das reflexões gramscianas.

Antonio Gramsci (1891-1937) consubstanciada na teoria da hegemonia, que retoma e aprofunda algumas linhas do pensamento de Lenine (187-1924). (p. 2)

O mesmo autor conclui após desenvolvimento de seu texto a validade de sua argumentação, isto é, que “importa reconhecer que o paradigma gramsciano apresenta-se como uma das fontes inspiradores mais relevantes do soft power à margem da arquitectura tradicional do debate assente nas clivagens entre a escola liberal e realista” (pp. 07-08)

Todavia, é em Ramos e Zharan (2006) que encontra-se texto de maior envergadura metodológica e teórica a respeito da influência do pensamento de Gramsci em Nye. O trabalho aqui apresentado coaduna-se com muitas das proposições realizadas pelos autores, principalmente no que tange à afirmação de que a relação das ideias de Nye com Gramsci se deu a partir da leitura empreendida por Nye do teórico canadense Robert Cox (p. 03) e que será evidenciada na subsecção que tratará das críticas metodológicas aos conceitos do autor estadunidense.

O argumento dos dois autores consiste em demonstrar que o conceito de poder brando e o conceito gramsciano de hegemonia referem-se igualmente aos mesmos preceitos, isto é, “a um conjunto de princípios gerais, idéias (sic), valores ou instituições; compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diferentes grupos; mas que ao mesmo tempo são recursos de poder, influência ou controle de um grupo sobre outro” (Idem, p. 6).

Em suma, intentei nessa seção demonstrar e fundamentar a relação entre a sistemática de poder de Nye e as ideias do pensador italiano Antonio Gramsci. Assumo aqui que é factível a relação entre os dois conceitos e a compreensão de tal relação será fundamental para o entendimento das críticas realizadas nas seções seguintes. Afirmarei, junto com outros autores, que é de uma apropriação incompleta dos pressupostos do autor-prisioneiro que residem as imprecisões metodológicas de Nye, imprecisões estas que se manifestam também na caracterização do poder cibernético, tema deste trabalho.

4.1 A sistemática de poder em Nye: intangibilidade e vagueza

Começarei essa subsecção numa análise mais detida à sistemática de poder cunhada por Nye. A partir da argumentação que leva em conta a relação de influência da obra de Gramsci em Nye apontarei para uma apropriação incompleta do primeiro pelo segundo, isto significa dizer que o autor estadunidense ao tratar da questão do poder e, principalmente, do poder brando não consegue propor um conceito que dê conta da análise da realidade como o

conceito gramsciano o faz. Tal constatação leva em consideração a separação que o autor de *Soft Power* faz do poder em duas faces e da falta de teorização a respeito da tangibilidade dos recursos de poder. Avançarei na discussão desses dois pontos a seguir.

A respeito da primeira constatação, destaco em Nye uma tentativa de estabelecer uma separação entre as faces do poder, dividindo-o em poder duro, relacionado aos modos mais tradicionais de emprego, como a força militar e as constrições econômicas, e em poder brando, relacionado com habilidades de persuasão, atração e aquiescência. Apesar da ampla utilização do conceito de “poder brando” no campo de estudos das Relações Internacionais, levando a uma certa cristalização do mesmo na disciplina, aferi, junto com outros comentadores (RAMOS & ZHARAN, 2010), que muitas vezes o sistema de poder desenhado por Nye manifesta-se ambíguo e vago.

A própria proposta metodológica do autor, de preconizar uma análise atenta à face comportamental da manifestação do poder e não somente às fontes de poder, carece de ferramentas que auxiliem esse objetivo, isto é, Nye não nos fornece nenhuma ferramenta metodológica ou teórica que permita discernir um comportamento de poder duro e um comportamento de poder brando, pelo contrário, o autor reserva-se apenas em exemplificar historicamente suas proposições. Isso implica que não há, a partir do esquema teórico desenvolvido por Nye, uma possibilidade de estabelecer metodologicamente o poder duro e o poder brando dentro de uma análise a não ser pela submissão dos casos reais à aproximações dos exemplos utilizados pelo autor buscando encontrar similaridades.

A questão da intangibilidade também cumpre a função de abrir mais lacunas não preenchidas pelo autor. Ramos e Zharan (2010) demonstram em seu artigo que Nye opta por não estabelecer a definição do que entende por tangibilidade em suas obras (lançando mão apenas de exemplos, como de costume). Essa opção acaba por ampliar as imprecisões dos conceitos de poder brando e poder duro, uma vez que Nye intenta associar o poder duro aos recursos tangíveis e o poder brando aos recursos intangíveis, sem demonstrar o que compreende por tangibilidade.

Outro ponto também se torna importante: a questão da dependência ou não de um poder sobre o outro. O autor estabelece a relação de independência entre os dois conceitos apenas via exemplos e não a partir de um caráter teórico. Ramos e Zharan (Idem) apontam mais uma vez que essa forma de argumentação implica que a obra do autor não é capaz de minimizar o problema central: em todos os exemplos, a necessidade do poder duro ou dos

recursos de poder duro estão presentes¹². Tal fato significa uma grande dificuldade na própria utilização autônoma do poder brando – exortada por Nye – coloca-se em questão, ao discernir que as lacunas do autor apontam para uma dependência do poder brando ante o poder duro, a própria efetividade do poder brando e sua possibilidade de emprego.

Observo que tal problema descende da relação de independência entre poder duro e poder brando e que tal relação não condiz com a caracterização de um dos teóricos que – como já afirmamos anteriormente – influenciaram o pensamento de Nye, a saber, o pensador Antonio Gramsci. Depreendo disso que as proposições de Nye consistem numa apropriação equivocada das categorias de Gramsci. Ao tentar discernir e separar o poder duro (coerção) do poder brando (consenso) e colocar o peso de sua análise centrado no poder brando e de sua importância na política internacional, o autor estadunidense incorre numa imprecisão metodológica ao negar a relação de *indissociabilidade e dependência* dos conceitos originais.

Tal problema se manifesta, por exemplo, na exortação que o autor faz do poder brando. A ênfase demasiada nos aspectos que numa visão gramsciana fazem parte de um consenso, leva a incompreensão da realidade em termos orgânicos: a hegemonia carrega dentro de si a coerção e o consenso, a separação entre ambos é possível apenas metodologicamente e não organicamente. Isso nos leva a concluir que “Na medida em que ignora a hegemonia, Nye cria a ilusão de um aspecto de poder brando que poderia existir em si apenas pelo consenso, ignorando a realidade social permeada por mecanismos intrínsecos de coerção.” (RAMOS & ZAHARAN, 2006, p. 22) Observa-se, desse modo, que o autor falha em tentar separar as partes do Centauro.

Visto isso, proponho que a incompreensão de Nye das categorias gramscianas que culminaram nas imprecisões e lacunas metodológicas dentro da esquemática poder brando/poder duro derivam, em certa medida, do próprio contato do autor estadunidense com a obra de Gramsci por meio das apreensões de Cox. Tal argumento se apoia, de um lado, na afirmação de Ramos e Zahran (2006, p. 03) de que Nye entrou em contato com Gramsci por meio de Cox e, por outro lado, nas proposições de Passos (2015) que sustentam haver mais pontos de distanciamento do que de aproximação entre os escritos de Cox e uma interpretação

¹² “No entanto, em todos os exemplos dados por Nye a utilização dos recursos de poder duro nunca está ausente. Operações de manutenção da paz podem ser legítimas, justificadas e prosseguidas com intenções altruístas, elevando o poder brando de um Estado. No entanto, as operações devem ser conduzidas com tropas no chão e quantidades substanciais de dinheiro, ambos recursos de poder duro.” (RAMOS E ZAHARAN, 2010, p. 19, tradução minha).

mais acurada de Gramsci. Para Passos o canadense propositor da “Teoria Crítica” incorre em falhas interpretativas no trato da obra gramsciana.

Tais falhas marcam, segundo Passos (idem), a diferença entre a perspectiva gramsciana e a perspectiva adotada por Cox e se referem:

a) a desconsideração explícita da sua filiação à teoria crítica de Horkheimer e a justaposição com categorias de Gramsci, portador de um estatuto epistemológico diferente daquele do filósofo alemão; b) a diferenciação entre as distintas temporalidades de nacional e internacional na visão gramsciana e o caráter transnacional de vários fenômenos na acepção coxiana; c) o caráter da sociedade civil e do bloco histórico na perspectiva da Gramsci e seu caráter generalizadamente transnacional na acepção coxiana; d) a aproximação de forma indireta entre Cox e a leitura hegemônica do PCI na apropriação do pensamento de Gramsci; e) o caráter eclético subjacente à concepção histórica coxiana por oposição ao historicismo absoluto gramsciano fundado em perspectiva da autossuficiência do materialismo histórico. (s/p)

Desse modo, sugiro que o contato realizado por Nye, de um lado com as deturpações sofridas ao longo do tempo da obra gramsciana e, por outro lado, pelo intermédio de Cox incorreu em vulgarizações das proposições originais do autor sardo, de modo que tais se manifestam nas imprecisões metodológicas na definição dos conceitos de “poder brando” e “poder duro”.

Aponto que essas lacunas conceituais acima apresentadas implicam, portanto, que o esquema de poder desenhado por Nye em 1990 e aperfeiçoado ao longo dos anos não consegue fornecer um painel teórico e metodológico completo e, muitas vezes, tais ambiguidades e vagezas de definição implicam que um exame acurado da realidade pode encontrar dificuldades em determinar recursos e comportamentos como sendo duros ou brandos e, mais difícil ainda, discernir entre o real efeito de cada um deles. Isso torna compreensível quando o próprio autor reconhece que as análises de fatos políticos que levem em consideração tais conceitos devam ser empreendidas mais facilmente *ex post* (NYE Jr, 2012b).

4.2 Uma definição de poder cibernético?

A pergunta que dá nome a essa subseção faz-se pertinente. Conforme observamos nesse mapeamento, o conceito de poder cibernético passa a ser desenvolvido por Nye e assume importância em sua obra a partir da publicação de *Cyberpower* em 2010. Desde então, o autor tentará especificar esse conceito em obras posteriores, principalmente em dois textos

mais importantes: o artigo *Nuclear Lessons for Cyber Security?* (2011b) e o livro *The Future of Power* (2011c, 2012b).

Todavia, não se encontra, em nenhum desses textos, uma definição inequívoca de “poder cibernético”. Como já observamos, o autor confunde em suas obras a definição do poder cibernético, por um lado, enquanto apenas um poder de domínio, isto é, como um poder que se relaciona com determinado domínio do espaço como água, terra, ar, ciberespaço; e por outro lado, enquanto uma fonte de poder, como o poder militar e o poder econômico. Isso implica que o leitor não consegue estabelecer uma definição precisa do poder cibernético e cai em ambiguidades que prejudicam a compreensão da teoria, assim como acontece com os conceitos de poder duro e poder brando.

É devido a isso que, ao não permitir uma compreensão inequívoca do poder cibernético enquanto um recurso de poder somente, o autor não permite o estabelecimento de uma ligação mais direta do poder cibernético com uma face do poder, isto é, se o poder cibernético estaria mais ligado ao poder duro (como o poder econômico e o poder militar) ou ao poder brando (como as fontes de poder brando).

Outro problema do conceito de poder cibernético reside no fato de que o autor não deixa claro ao leitor, em nenhum momento, assim como o faz com a questão do poder brando e do poder duro, se há alguma relação de dependência entre o poder cibernético e o poder duro, isto é, se há ou não a necessidade de apoio do poder duro (tangível) para o desempenho do poder cibernético, assim como se nota na questão do poder brando. Além disso, não é informado ao leitor se há ou não a capacidade de exercício deste poder cibernético apenas em bases de comportamento branda.

Tais problemas, apresentados na definição do conceito de poder cibernético, associados a uma sistemática de poder com lacunas conceituais, como discernimos na seção anterior, implicam que o conceito do autor nesse caso acaba também por encontrar dificuldades de aplicação e definição na análise da realidade.

Compreendo que apesar das tentativas de discernir uma nova tendência dentro das Relações Internacionais, isto é, discernir a emergência de um poder cibernético, o autor incorre nos mesmos problemas conceituais que apresenta em outras partes de sua teoria. Ao não solucionar as lacunas que envolvem os conceitos de poder duro e poder brando, Nye acaba por transportar tais lacunas também para o conceito de poder cibernético.

Além disso, aponto a dificuldade de teorização do ambiente cibernético como um fator complicador. Apresento como peculiaridade do conceito de “poder cibernético” sua configuração mais intangível entre todas as categorias relacionadas ao poder, não somente pela amplitude de seu alcance e dificuldade de sua mensuração quantitativa, como também pelos inúmeros instrumentos de controle relacionados prática e potencialmente ao âmbito do espaço cibernético e diretamente ligados à própria condição volátil do ambiente cibernético, sempre sujeito às mudanças tecnológicas.

Desse modo, pela própria dinâmica de virtualidade e de expansão do ambiente do ciberespaço – graças ao sistema híbrido como discernido anteriormente – afere-se no conceito de poder cibernético o caráter de maior intangibilidade dentre todos os outros conceitos aqui trabalhados. Tal característica consiste então num desafio para a teorização de um objeto de estudo assim qualificado.

4.3 Democracias e revolução da informação

A presente subseção consiste numa rápida síntese que coloca em questão a relação benéfica e inequívoca das democracias com a revolução da informação. A visão liberal de Nye propõe que as democracias liberais, ao estarem melhor associadas com a livre circulação de ideias e à liberdade de expressão, serão aquelas sociedades melhores dotadas para empreender e liderar a revolução da informação e que não sendo seriamente ameaçadas por esse novo fenômeno das relações internacionais.

De modo oposto, as sociedades autocráticas terão, segundo o autor, maiores dificuldades em lidar com a revolução da informação, principalmente no controle exercido pelos governos ante a informação, uma vez que o barateamento e popularização das tecnologias de comunicação implicariam no aumento dos custos de vigilância e censura.

Compreendo que tais associações podem ser logicamente atribuídas, mas que essa relação não é perfeita. A revolução da informação, enquanto um fenômeno que alterará profundamente as relações internacionais atribuindo complexidade às mesmas, apresenta desafios para as democracias, principalmente no que tange ao livre fluxo de informação, do mesmo modo que pode permitir aos governos autocráticos novas formas de controle.

Como alguns acontecimentos recentes demonstram, as democracias também são ameaçadas em certo ponto pelo imenso fluxo de informação criado pela revolução nas

comunicações, fruto de que muitos âmbitos do Estado moderno ainda encontram-se opacos e poucos permeáveis ao controle popular. Os vazamentos de dados secretos do serviço de inteligência dos Estados Unidos em 2013 revelaram um complexo sistema de espionagem em massa empregado pela maior democracia liberal do mundo, não somente contra seus próprios cidadãos, mas também contra cidadãos de outros países, incluindo membros de governo e até chefes de Estado. Além disso, os escândalos envolvendo a divulgação de informações diplomáticas confidenciais de diversos países democráticos pelo site *Wikileaks* demonstram também que essa complexidade de relacionamento não é inequívoca.

Do outro lado, alguns governos de sociedades não baseadas no modelo democrático liberal revelam esforços satisfatórios em restringir a informação e os efeitos de seu livre fluxo, utilizando formas coniventes em atingir seus objetivos. Isso nos dá a constatação de que nem sempre a revolução da informação fornecerá meios para incentivar a democratização das sociedades e que inclusive, os avanços empreendidos pelo fenômeno da revolução da informação podem ser utilizados para o controle centralizado das populações, como sugere o Projeto Escudo Dourado, responsável pelo “Grande *Firewall* da China”, que restringe a navegação da Internet aos usuários chineses.

Enfim, compreendemos que o autor reserva-se apenas a destacar a relação benéfica da revolução da informação e as democracias. Aponto de modo oposto, que a tecnologia em si não possui uma face democrática e tampouco uma face autoritária, sua instrumentalização lhe confere esse caráter. A complexidade que a revolução da informação traz revela uma multiplicidade de relações entre os Estados, suas coletividades internas e suas relações internacionais. Os impactos da revolução da informação trarão para os governos a necessidade de avançar na tarefa que concordo com Nye: a redefinição de seus papéis num mundo permeado por novas tecnologias – sejam eles democráticos ou não.

Em síntese, discuti nessa seção e em seus tópicos as críticas feitas às proposições do autor. Para empreender a crítica à esquemática de poder desenhada por Nye utilizei como referencial teórico as proposições gramscianas acerca do conceito de hegemonia. Argumentei sobre a relação entre esse conceito e a divisão poder duro/poder brando especificada por Nye; E, em conjunto com outros comentadores, aponte as dificuldades metodológicas encontradas dentro de tal esquemática.

5 A HOMOGENEIZAÇÃO TRANSNACIONAL, O PODER CIBERNÉTICO E AS POSSIBILIDADES DA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO PARA O CIBERESPAÇO

Esta penúltima seção tem por objetivo ampliar a crítica até aqui empreendida, estabelecendo pontos de discussão futuros. Partindo da obra gramsciana intentarei demonstrar como certos pontos da perspectiva liberal presentes em Nye acabam por oferecer uma imagem monolítica do poder ao desconsiderar o desenvolvimento desigual e combinado (DDC) do capitalismo e como tal concepção reverbera dentro do conceito de “poder cibernético”. Para tal, iniciarei a discussão a partir de uma recuperação do significado do DDC e como essa perspectiva se relaciona com a própria característica ontológica das relações internacionais. Após isso, demonstrarei de que modo a perspectiva transnacional – adotada por Nye – desconsidera a existência de distintas temporalidades no plano internacional e como tal perspectiva influencia o conceito de “poder cibernético”. Ao final da seção explicitarei algumas potencialidades explicativas que a perspectiva do DDC oferece aos estudos sobre ciberespaço.

Encontramos em Rosenberg (2016) grande auxílio na tarefa de empregar a perspectiva do DDC do capitalismo como ferramenta explicativa para as relações internacionais contemporâneas. A argumentação do autor consiste em demonstrar que a disciplina de RRII encontra-se “presa” ao caráter ontológico da Ciência Política. Para Rosenberg tal situação acaba por minar a capacidade de desenvolvimento das RRII, manifestado pela falta de “grandes ideias” na área (ideias que, desenvolvidas dentro da área, possibilitariam o diálogo com outros campos de estudo).

A alternativa, propõe Rosenberg, seria repensar o caráter ontológico da disciplina a partir da consideração de que o traço característico fundamental da organização humana ao redor do globo é a fragmentação, isto é, a existência humana se dá numa multiplicidade de instâncias, independentemente das formas que toma; aqui foca-se no caráter fragmentário político e sociológico da humanidade: “não importa o quanto giramos e viramos isso em nossas mãos, o mundo ‘internacional’ sempre acaba por pressupor a mesma circunstância básica, a saber, que a existência humana não é unitária, mas múltipla” (Idem, 2016, p. 09, tradução minha).

A partir dessa visão, Rosenberg propõe uma perspectiva que se coaduna com a base ontológica brevemente descrita: o DDC do capitalismo. Tal perspectiva remonta ao

pensamento de Leon Trostky (contemplada por outros autores de tradição “marxista”, como Gramsci) e debruça-se sobre a problemática da existência de Estados que a partir do desenvolvimento e expansão imperialista dos países capitalistas ocidentais se viam numa condição histórica peculiar: de um lado, tal expansão significou uma “chicotada de necessidade externa”, os que não resistissem e se adequassem ao novo padrão seriam consumidos pelas potências; por outro lado, esses Estados possuíam a capacidade de se desenvolver a partir da importação das máquinas e processos gerenciais que foram desenvolvidos no Ocidente sem, entretanto, passarem pelo lento e vagaroso processo que os pioneiros passaram. Isso significou a combinação entre as diferentes sociedades em coexistência. Essa combinação leva à formação de estruturas sociais altamente diversas dos arquétipos “Ocidental” e “Oriental” preconizados por Marx, criando sociedades onde a junção do velho e do novo são a marca¹³ (Idem).

Rosenberg extrapola a ideia do DDC a partir do próprio Trostky que afirma ser a desigualdade “a lei mais geral do processo histórico” (TROTSKY, 1932 apud ROSENBERG, 2016, p. 17, tradução minha) e demonstra empiricamente tal proposição: propõe-se a analisar um retrato do mundo em 1530, demonstrando as diferentes formas de organização social e a interação entre essas formas existentes ao redor do globo na época. Outros exemplos são dados retornando até mesmo às relações humanas da pré-história:

o processo pré-histórico de estratificação social que criou as primeiras organizações paraestatais estavam vinculados com as interações (de violência e troca) entre comunidades assentadas e seus vizinhos. Na aurora da história humana, o desenvolvimento desigual e combinado antecede e parcialmente gera a emergência do “político” (e, portanto, também do “geopolítico”). Por que ir tão longe? O que todos esses exemplos nos contam? Primeiro, eles nos contam que Trostky estava certo: o desenvolvimento desigual e combinado realmente é um universal na história humana, e deveria, por isso, ser sempre parte do nosso modelo básico da realidade social (ROSENBERG, 2016, p. 19, tradução minha)

Observamos também, que a perspectiva do DDC é contemplada na obra de Gramsci a partir de uma metodologia que permite inserir a discussão dos elementos da Ciência Política numa análise que os situem:

nos vários níveis da relação de forças, a começar pela relação das forças internacionais (onde se localizariam as notas escritas sobre o que é uma grande potência, sobre os agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos e, por conseguinte, sobre o conceito de independência e soberania no que se refere às

¹³ DIAS (1996b) ao discutir tal situação dentro do Brasil, clarifica essa perspectiva: “É pela ocidentalidade que se perpetua a orientalidade. A orientalidade é, contudo, a parteira da ocidentalidade, da modernidade. Modernidade que se revela na sua plenitude: atualização do projeto capitalista. Projeto este que, pelo menos, no Brasil, o tipo de ocidentalidade vigente necessita permanentemente da orientalidade. “Modernidade” (ocidentalidade) e “atraso” (orientalidade) são, pois, absolutamente inseparáveis e necessários um ao outro por mais paradoxal e contraditório que pareça” (p. 119)

pequenas e médias potências), passando em seguida às relações objetivas sociais, ou seja, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos no interior do Estado) e às relações políticas imediatas (ou seja, potencialmente militares). (GRAMSCI, 2000, Q13 §2, pp. 19-20).

É a questão colocada por Gramsci – e perdida de vista pela tradição liberal de Nye – sobre a relação entre o internacional e as relações sociais fundamentais, no qual o internacional “indubitavelmente segue” as relações sociais fundamentais, mas “reage passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos)” (GRAMSCI, 2000, Q 13, § 2, p. 20). Implicado que uma análise de relações internacionais não pode desconsiderar o fato de que no interior dos Estados existem coletividades em constante embate pela hegemonia, não podemos observar o Estado como um ente monolítico, reificado.

Aqui, a categoria de “Estado integral” evidenciada na seção anterior é elucidativa e extrapola a visão liberal presente em Nye. Longe de conceber o Estado “como uma coisa em si, como um absoluto racional” (GRAMSCI, 1975, Q1§150, p. 133, tradução minha) a categoria de “Estado integral” reconhece, de modo orgânico, a união-distinção entre uma sociedade civil e uma sociedade política, como vimos na famosa síntese de: “Estado = sociedade política + sociedade civil, hegemonia encouraçada de coerção” (Idem, Q6§88, p. 763-764, tradução minha). Isso permite concluir que os cálculos “de poder” a nível nacional devem levar em conta as distintas coletividades internas aos Estados. Já no âmbito internacional, visto que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global implica que “nações individuais não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo” (GRAMSCI, 1919 apud MORTON 2007, p. 01, tradução minha), o poder não se manifesta de forma homogênea. Deve-se, portanto, atentar às questões das temporalidades e aos modos em que a influência internacional é internalizada pelo Estado (MORTON, 2007).

Assim a “análise das relações de força” abrange a questão do DDC ao conceber que “estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas.” (GRAMSCI, 2000, Q13 §17, p. 42) E a análise aprofunda-se, uma vez que mesmo dentro do lócus de um Estado-Nação em específico existem “várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus” (idem).

A preocupação que a perspectiva do DDC traz para a análise das relações internacionais é a consideração de *distintas temporalidades* ao redor do globo. As relações

entre os diferentes Estados (e suas coletividades internas) são marcadas por disparidades. Nessa forma de análise, preconizar o discurso transnacional é incompatível com tal realidade, pois o “transnacional” pressupõe a ideia de um globo interconectado, globalizado, permeado por uma uniformidade institucional. Nye compartilha dessa perspectiva transnacional e mesmo sua caracterização mais complexa sobre o poder esbarra nessa questão. Nye exorta *um poder brando*, reificado, monolítico, centrado em aspectos culturais e em “valores de atração” universais. Todavia:

Os adjetivos “global” e “universal” não são equivalentes. Sugerir respostas universais para problemas globais pode significar apenas esconder as relações particulares de injustiça, as identidades particulares constituídas nesse relacionamento e ratear os mesmos direitos e obrigações entre perpetradores e vítimas (JAHN, 1998, p. 638)

Tais ideias são facilmente extrapoladas para a dimensão do ciberespaço. Esse ambiente representa a perspectiva do DDC de forma ainda mais aguda. Uma vez que os desenvolvimentos tecnológicos que deram início à revolução da informação estão ligados ao próprio modo de produção capitalista observamos a reprodução das disparidades do mundo real no mundo virtual. Nesse contexto pensar o ciberespaço consiste também em pensar as *temporalidades* presentes nesse novo ambiente.

Enquanto a penetração da internet – porcentagem da população com acesso à Internet – na América do Norte era de 78,32% em 2011, na América Latina e Caribe era de 36,15% e na África de apenas 11,43% (CHOUCRI, 2012, p. 56). Isso demonstra que o ciberespaço não é homogêneo, as distintas clivagens de acesso acabam por gerar um ambiente *também desigual*. A estratégia cibernética de propagação de ideias por meio de redes sociais certamente diferirá entre um local onde apenas grupos dirigentes acessam a *Web* e um local onde o *Facebook* é popular entre as massas. Isso implica que o “poder cibernético” também não pode ser pensado de forma *homogênea*. Seu exercício e capacidade são condicionados pelo próprio DDC do capitalismo e, conseqüentemente, do ciberespaço.

Em síntese, essa seção teve por objetivo principal apresentar um ponto de crítica e de promissor desenvolvimento. Mirar o ciberespaço sob uma ótica que contemple os pressupostos do DDC permite análises que escapem à discussão de “poder” monolítico das interpretações liberais de RRII. O “poder cibernético” insere-se dentro de uma dinâmica maior e portanto deve ser trabalhado a partir de pontos que contemplem essa dinâmica no qual as clivagens de acesso e as disparidades de capacidades são representativos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo consistiu numa tentativa de oferecer ao leitor três objetivos principais: 1) acompanhar o desenvolvimento dos conceitos de “poder cibernético” e “revolução da informação” ao longo da obra de Joseph S. Nye Jr; 2) discernir a sistemática de poder empregada por esse autor e localizar os dois conceitos dentro dessa esquemática, revelando generalidades e peculiaridades; e, 3) por fim, fornecer, de forma ainda seminal, críticas a alguns pontos de sua obra, principalmente nos aspectos teóricos e metodológicos.

Observamos, na segunda seção, que o conceito de revolução da informação passa ao longo da década de 1990 de uma situação periférica dentro das análises para uma posição mais central, explicando uma série de mudanças vivenciadas pelo autor e fornecendo expectativas quanto aos seus desdobramentos futuros.

É nesse sentido que as obras datadas a partir de 2001 posicionam a “revolução da informação” enquanto um conceito central e cristalizado. Muitas das proposições são desenvolvidas a partir do entendimento de que a revolução da informação dita e ditará muitas das transformações que alterarão a complexidade das relações internacionais. Notamos então um papel protagonista desse conceito dentro da teoria do autor e de grande influência dentro de sua sistemática de poder, uma vez que provocará a emergência do poder brando, intensificará o fenômeno da difusão do poder e alterará profundamente o papel da liderança dos Estados Unidos.

Importante ressaltar, como vimos anteriormente, que é na revolução da informação que Nye encontrará apoio argumentativo para a tarefa de exortar a importância e pertinência do poder brando na discussão teórica das Relações Internacionais, visto que é através do processo da revolução da informação que a importância do poder brando será agudizada.

Já quanto ao conceito de poder cibernético, observamos que Nye intenta, a partir de 2010, avançar na discussão dessa temática e que a mesma não se encontra desenvolvida por completo. As ambiguidades e lacunas expressas nos conceitos de “poder brando” e de “poder duro” se transportam para o conceito de poder cibernético somando-se a uma definição imprecisa e ainda seminal do mesmo.

Compreendemos, na quarta seção, a pertinência do argumento que traz a relação entre Joseph S. Nye Jr e seus conceitos de “poder brando” e “poder duro” com o conceito de “hegemonia” proposto por Antonio Gramsci em seus cadernos carcerários. Concluindo que

muitas das imprecisões metodológicas dos conceitos tratados pelo autor estadunidense descendem dessa relação imprecisa. Ademais, propus o argumento que vê na apropriação de Gramsci por Nye, por meio das obras deturpadas do autor sardo e da interpretação de Cox, a raiz dessas imprecisões, apoiados na argumentação de Passos (2015) sobre a relação do próprio Cox com Gramsci.

Por fim, na quinta seção, contribuí com o debate sobre o “ciberespaço” e o “poder cibernético” a partir de ideias que levam em conta a perspectiva do DDC do capitalismo global. Para mim, a utilização de tal perspectiva poderá contribuir para a teorização desse ambiente que expressa de modo tão agudo o fenômeno da desigualdade do desenvolvimento ao redor do globo. De modo que uma concepção ampliada, crítica, é crucial para compreender um futuro “poder cibernético” sob bases atentas à realidade e não reificadas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMITAGE, Richard L. & NYE Jr, Joseph S (org). CSIS Commission on Smart Power: a smarter, more secure America. Washington: The CSIS Press, 2007.
- BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política. São Paulo: Alameda, 2008.
- DIAS, Edmundo Fernandes et al. O Outro Gramsci. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história, 1996a. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. O Outro Gramsci. São Paulo: Editora Xamã, 1996, pp. 09-80.
- EUSTÁQUIO, Victor. Notas sobre a problemática do poder: O paradigma gramsciano como fonte da teoria do soft power. Disponível em:
<https://www.academia.edu/3511802/O_paradigma_gramsciano_como_fonte_do_soft_power>. Acesso em: 15 de abr de 2016.
- FERREIRA, Marcos A. F. S. Definições conceituais para o entendimento da política externa dos Estados Unidos: as noções de poder duro (hard power) e poder brando (soft power). Disponível em:<<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/marcos.pdf>>. Acesso em 18 de mai de 2016
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana (1975). Edizione elettronica a cura dell'International Gramsci Society, v. 1.0, s.d.
- KELLO, Lucas. Cyber disorders: Rivalry & Conflict in a Global Information Age. In: International Security Program Seminar Series, 2012, Cambridge. International Security Program, Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, 2012.
- KEOHANE, Robert O & Joseph S. Nye Jr. Power and Interdependence in the information age. Foreign Affairs, v. 77, n. 5, pp. 81-94, 1998.
- KEOHANE, Robert O & NYE Jr, Joseph S. Globalization: What's New? What's Not? (And so What?). Foreign Policy, n. 118, p. 104-119, 2000a. In: NYE, Joseph S. Jr. Power in the Global Information Age. New York: Routledge, 2004b, pp 191-200.
- KEOHANE, Robert O & NYE Jr, Joseph S. Introduction, 2000b. In: NYE Jr, Joseph S & DONAHUE, John D (editores). Governance in a globalizing world. Washington: Bookings Institution Press, 2000b.
- LI, Lin & HONG, Xiaonan. The Application and Revelation of Joseph Nye's Soft Power Theory. Studies in Sociology of Science, vol 3, nº 2, 2012, pp. 48-52.
- MERCER, Collin. Antonio Gramsci and 'soft power': e-laborare or the work and government of culture. Disponível em: <http://www.academia.edu/3703420/Antonio_Gramsci_and_soft_power_e-laborare_or_the_work_and_government_of_culture>. Acesso em 22 de abr de 2016.
- MORTON, Adam David. Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy. Londres: Pluto Press, 2007.
- NYE Jr, Joseph S Jr. As Chine rises, must other blow? The Economist, 1998. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/137794>>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- _____. America's Soft Learning Curve. The Economist, ed. The World in 2004, 2004a. Disponível em: <www.economist.com/node/2188803>. Acesso em: 25 abr 2015.

- _____. American Strategy after Bipolarity. **International Affairs**, v. 66, n. 3, p. 513-521, 1990b. Disponível em: <www.jstor.org/stable2623071>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- _____. Arms Control After the Cold War. **Foreign Affairs**, 1990c. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1989-12-01/arms-control-after-cold-war>>. Acesso em: 23 maio 2015.
- _____. Arms Control and International Politics. *Daedalus*, v. 120, n. 01, Arms Control: Thirty Years On, p. 145-165, 1991a. Disponível em: <www.jstor.org/stable20025361>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- _____. Bound to Lead: the Changing Nature of American Power. New York: Basic Books, 1990d.
- _____. Coping with Japan. *Foreign Policy*, n. 89, p. 96-115, 1992a. Disponível em: <www.jstor.org/stable1149076>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- _____. Cyber Power. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2010a.
- _____. ¿Decadencia de Estados Unidos? **Política Exterior**, CIDADE, v. 4, n. 16, p.162-167, 1990a. Disponível em: <www.jstor.org/stable20642993>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- _____. Estados Unidos y el poder de la información. **Política Exterior**, v. 10, n. 51, p. 63-81, 1996. Disponível em: <www.jstor.org/stable20643994>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- _____. Get Smart: Combining Hard and Soft Power. *Foreign Affairs*, 2009. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/65163/joseph-s-nye-jr/get-smart>>. Acesso em: 23 set 2015.
- _____. In Government We Don't Trust. *Foreign Policy*, n. 108, p. 99-111, 1997. Disponível em: <www.jstor.org/stable1149092>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- _____. Is the American Century Over? Malden: Polity, 2015.
- _____. Limits of American Power. *Political Science Quarterly*, v. 117, n. 4, pp. 545-559, 2002a. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/798134>>. Acesso em: 25 mai 2015.
- _____. New World Order: Egypt, the information revolution, and the struggle for power in the twenty-first century. *The New Republic*, 18 de fevereiro de 2011a. Disponível em: <<http://www.tnr.com/article/world/83707/information-technology-egypt-revolution>>. Acesso em: 01 abr 2015.
- _____. Nuclear Lessons for Cyber Security? *Strategic Studies Quarterly*, pp. 18-38, 2011b. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/ssq/2011/winter/nye.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2015.
- _____. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, 2012b.
- _____. Peering into the Future. *Foreign Affairs*, 1994. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1994-07-01/peering-future>>. Acesso em: 22 jul 2015.
- _____. Power in the Global Information Age. New York: Routledge, 2004b.
- _____. Public Diplomacy and Soft Power. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 616, n. 1, pp. 94-109, 2008.
- _____. Redefining NATO's mission in the Information Age. *NATO Review*, v. 47, n 4, 1999. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/review/1999/9904-03.ht>>. Acesso em: 22 jul 2015.
- _____. Smart Power: In Search of the Balance between Hard and Soft Power. *Democracy*, n. 2, 2006a. Disponível em: <<http://www.democracyjournal.org/2/6491.php?page=all>>. Acesso em: 25 out 2015.

- _____. Soft Power and American Foreign Policy. *Political Science Quarterly*, v. 119, n. 2, pp. 255-270, 2004c. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20202345>>. Acesso em: 25 mai 2015.
- _____. Soft Power. *Foreign Policy*, v. Twentieth Anniversary, n. 80, p. 153-171, 1990e. In: NYE, Joseph S. Jr. *Power in the Global Information Age*. New York: Routledge, 2004b, pp 68-80.
- _____. *Softpower: the means to success in World Politics*. New York: PublicAffairs, 2004d.
- _____. The 21st Century will not be a Post-American World. *International Studies Quarterly*, v. 56, pp. 215-217, 2012a.
- _____. The American National Interest and Global Public Goods. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs)*, v. 78, n. 2, pp. 233-244, 2002b. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3095679>>. Acesso em: 19 set 2015.
- _____. The Changing Nature of World Power. *Political Science Quarterly*, v. 105, n. 2, p. 177-192, 1990f. In: NYE, Joseph S. Jr. *Power in the Global Information Age*. New York: Routledge, 2004b, pp. 53-67.
- _____. The Decline of America's Soft Power – Why Washington Should Worry. *Foreign Affairs*, 2004e, pp. 16-20. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/59888/joseph-s-nye-jr/the-decline-of-americas-soft-power>>. Acesso em: 25 out 2015.
- _____. The future of American Power. *Foreign Affairs*, 2010b. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/66796/joseph-s-nye-jr/the-future-of-american-power>>. Acesso em: 25 abr 2015.
- _____. *The future of power*. New York: Public Affairs, 2011c.
- _____. The new Rome meets the new barbarians. *The Economist*, 2002c. In: NYE, Joseph S. Jr. *Power in the Global Information Age*. New York: Routledge, 2004b, pp. 97-102
- _____. *The Paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone*. New York: Oxford University Press, 2002d.
- _____. The Velvet Hegemon. *Foreign Policy*, 2003. Disponível em: <www.foreignpolicy.com/articles/2009/11/02/the-velvet-hegemon/>. Acesso em: 25 mai 2015.
- _____. The war on Soft Power. *Foreign Policy*, 12 de abril de 2011d. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/04/12/the_war_on_soft_power>. Acesso em: 23 abr 2015.
- _____. Think Again: Soft Power. *Foreign Policy*, 2006b. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power>. Acesso em: 30 mar 2015.
- _____. Transformational Leadership and U.S. Grand Strategy. *Foreign Affairs*, 2006c. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/61740/joseph-s-nye-jr/transformational-leadership-and-us-grand-strategy>>. Acesso em: 25 ou 2015.
- _____. Understanding 21st Century Power Shifts. *The European Financial Review*, junho/julho 2011e. Disponível em: <<http://www.europeanfinancialreview.com/?p=3287>>. Acesso em: 01 abr 2015.
- _____. What New World Order. *Foreign Affairs*, 1992b. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1992-03-01/what-new-world-order>>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- _____. Why the Gulf War Served the National Interest. *The Atlantic Online*, 1991b. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/past/docs/issues/91jul/nye.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

_____. Zakaria's World. *Foreign Policy*, 08 de março de 2011f. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/03/08/zakaria_s_world>. Acesso em: 23 set 2015.

NYE, Joseph S Jr & OWENS, William A. America's Information Edge. **Foreign Affairs**, p. 20-36, 1996. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1996-03-01/americas-information-edge>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Cox e a teoria crítica das relações internacionais: ecletismo ou coerência? Relatório Final de Pesquisa apresentado ao CNPq, 2015, mimeo.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Gramsci e a hegemonia cultural no plano internacional. 2016, mimeo.

RAMOS, Leonardo & ZAHRAN, Geraldo. Da hegemonia ao Poder Brando: implicações de uma mudança conceitual. Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 2006.

RAMOS, Leonardo & ZAHRAN. From hegemony to soft power: implication of a conceptual change In: PARMAR, Inderjeet & COX, Michael (Eds.) *Soft Power and US Foreign Policy: theoretical, historical and contemporary perspectives*. Abingdon: Routledge, 2010, p. 12-31.

ROSENBERG, Justin. *International relations in the prison of Political Science*. [S. n.] Universidade de Sussex, Brighton – Reino Unido, 2016.